

JOSÉ RICARDO TAUILE: INTERPRETAÇÕES SOBRE RELAÇÕES DE TRABALHO E MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

*Marcelo Paixão**

“In memoriam de Fabio Erber”

1. INTRODUÇÃO¹

O presente artigo objetiva uma leitura sintética sobre o conjunto da obra do economista José Ricardo Tauile, ex-professor do Instituto de Economia da UFRJ.

Para além de suas qualidades como pessoa e homem de ação política, existem razoáveis motivos para se afirmar que nosso colega logrou forjar durante sua vida acadêmica e profissional estudos e reflexões canônicas nas áreas de sua especialidade: economia do trabalho, reestruturação produtiva, modelos de desenvolvimento econômico, economia solidária. Tal avaliação pode ser comprovada pelas citações, às quais o autor se fez merecedor, em uma plêiade de artigos, dissertações e teses voltadas a esses assuntos. Por outro lado, não obstante um ou outro ponto já datado, a agenda tauiliana de reflexões ainda abriga pontos extremamente relevantes para o debate brasileiro contemporâneo.

Coerentemente, a estruturação do presente artigo é balizada no entorno de alguns dos principais momentos da vida do autor do ponto de vista pessoal e, principalmente, intelectual. O texto estará dividido em mais sete partes, além desta introdução.

Na segunda seção serão feitos apontamentos sobre a vida acadêmica, política e profissional do autor. Na terceira seção, vamos recuperar um pequeno texto escrito por Tauile e outros cinco pesquisadores no começo da década de 1980, em que os autores, de maneira seminal, propunham uma nova agenda de estudos para o campo da Economia do Trabalho no Brasil. Na quarta parte, dividida em duas subseções, o texto versa sobre as principais reflexões de Tauile sobre a reestruturação produtiva no país, englobando

* Professor do Instituto de Economia da UFRJ. O autor agradece Flavia Mendonça e Luisa Maciel pelo apoio prestado durante a elaboração deste artigo.

¹ Esta introdução foi baseada no Currículo Lattes de Tauile, atualizada pelo autor pela última vez em 4 de outubro de 2005, <http://lattes.cnpq.br/6436903809441957>. Também foi utilizado, como fonte de consulta biográfica sobre a vida de Tauile, Paixão e Castelo Branco (2009) e Sabóia (2009). Uma descrição mais detalhada da vida de nosso ex-colega, incluindo em seus aspectos mais propriamente pessoal e familiar, pode ser vista na coletânea organizada por Paixão e Castelo Branco (2009, p. 371-375). A referência da bibliografia completa de Tauile também foi pensada nesta mesma publicação (p. 377-381).

as mudanças de paradigma tecnológico, da automação eletromecânica, para a automação microeletrônica; e as novas formas de organização do trabalho, de rígida para o flexível. Na quinta seção, serão vistos aspectos da análise crítica de Tauile sobre a nova forma de inserção da economia brasileira na que vinha se apresentando como a nova Divisão Internacional do Trabalho. Na sexta parte, o texto apresenta os principais pontos desse autor sobre a economia solidária. O texto se concluirá com alguns apontamentos sintéticos sobre o conjunto do artigo, incluindo um posfácio.

Vale salientar que o roteiro acima, em alguma medida, encontra-se expressado no livro escrito por Tauile, *Para (re)construir o Brasil contemporâneo*, publicado em 2001, e em uma coletânea de textos unificando as suas principais contribuições. Esse último livro, chamado *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos (1981-2005)*, Ed. UFRJ foi lançado em 2009, tendo sido organizado pelo autor dessas linhas e por Rodrigo Castelo Branco, que o fizeram a partir de diálogos com o próprio Tauile ainda em 2006.

Portanto, a organização do presente artigo irá se estruturar naquelas duas publicações. Assim, sublinharemos algumas passagens específicas entendidas como mais relevantes mormente em busca de se dar mais destaque aos pontos ainda especialmente contemporâneos da agenda tauiliana.

2. APONTAMENTOS INICIAIS À GUIA DA COMPREENSÃO DO AUTOR

José Ricardo Tauile era de formação, engenheiro civil, tendo concluído seu curso de graduação na Escola Politécnica da UFRJ, em 1968. Posteriormente fez seu mestrado (finalizado em 1976) e seu doutorado (finalizado em 1984) em Economia na *New School for Social Research*, em Nova York – EUA, raro centro de estudos acadêmicos, naquele país, de inclinação marxista. Seu orientador foi Anwar Shaikh, economista igualmente afiliado a esta matriz, e autor de diversos estudos sobre a dinâmica do sistema capitalista ao longo das últimas décadas². O pós-doutorado de Tauile se deu na Universidade de Paris XIII (entre 1990 e 1991), aqui em direto diálogo com Benjamin Coriat, com o qual compartilhou expresso interesse pelo modelo japonês de organização do trabalho.

Tauile foi professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo iniciado sua vida docente em 1976, lecionando no curso de Economia da Tecnologia, na COPPE/UFRJ (atualmente, Instituto Alberto Luiz de Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia). Posteriormente, em 1978, Tauile fez concurso para a então Faculdade de Economia e Administração (FEA). Em 1979 ele se engajou na

² Para uma visão geral da obra de Shaikh ver <http://homepage.newschool.edu/~AShaikh/>.

fundação do Instituto de Economia Industrial (IEI), instituição de pós-graduação em economia de inclinação estruturalista.

Ao todo, sua contribuição como docente em nossa Universidade se deu por 40 anos.

Durante sua vida acadêmica Tauile foi professor assistente, adjunto e, finalmente, titular, nesse último caso a partir de concurso prestado em 1989. Ademais, Tauile foi membro do Conselho de Ensino Para Graduados e Pesquisa (CEPG) da UFRJ (entre 1994 e 1998), e do Conselho Universitário (CONSUNI) da mesma Universidade (entre 1994 e 1998) representando os professores titulares do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE). Aqui se destaca, em especial, seu tenaz engajamento contra a nomeação, por parte do então Ministro Paulo Renato Souza, do Prof. José Henrique Vilhena de Paiva para reitor-interventor da UFRJ, contrariando expressa vontade da comunidade acadêmica que na consulta interna indicara o nome do Prof. Aloísio Teixeira.

Entre 1986 e 1990, e, 1994 e 1996, Tauile foi, respectivamente, Vice-Diretor e Diretor do então Instituto de Economia Industrial (IEI). Nosso ex-colega batizou a REC (o *tauiliano* termo contemporânea, inscrito em suas iniciais, está aí para comprovar) e também foi um dos fundadores da Sociedade de Economia Política (SEP). No ano de 2005, junto com o Prof. Aloísio Teixeira, fundou o Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA), do Instituto de Economia, e que hoje leva justamente o nome de *José Ricardo Tauile*. Atualmente a Biblioteca Eugênio Gudín (BEG), do CCJE, reserva uma estante que abriga o conjunto de seus escritos. Tauile ainda seria homenageado pelo IE através de eventos realizados no Palácio Universitário em 2006, 2007 e 2009 (respectivamente logo após sua partida, um ano após e quando do lançamento de sua coletânea de textos); bem como pela Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia (ANPEC), em seu 36º Congresso, realizado em Salvador-BA, quando organizou uma seção especial dedicado à sua memória.

Tauile, ao menos até a segunda metade de 2005, havia orientado sete teses de doutorado, nove dissertações de mestrado e 14 monografias de conclusão de curso de graduação em Ciências Econômicas. Em vida publicou o já mencionado livro *Para (re)construir o Brasil contemporâneo* e participou da edição de um outro como coautor, *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas*, MTE/IPEA/ANPEC, 2003. Tauile publicou ainda 34 artigos em periódicos, 12 capítulos de coletâneas, 10 artigos em anais de Congresso e seis relatórios técnicos de pesquisa. Conforme igualmente já mencionado, depois de sua passagem, em 2006, Tauile teve seus principais artigos condensados em uma coletânea chamada *Trabalho, auto-gestão e desenvolvimento: escritos escolhidos (1981-2005)*.

No plano político, Tauile participou de diversas iniciativas ao longo de sua vida. Como estas participações não costumam ser mencionadas na plataforma Lattes, de

fato, fica mais difícil fazer uma descrição mais precisa. Mas, à guisa de exemplo, é sabido seu engajamento em diferentes momentos nos debates de formação da plataforma política e eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT), sua mais recente simpatia pelo Partido do Socialismo e Liberdade (PSOL) e seu constante apoio à gestão de Olívio Dutra (1999-2002), no Rio Grande do Sul, especialmente no difícil momento para aquele governo, quando a Ford, acusando o governo petista de rompimento de termos contratuais anteriores, desistiu de abrir uma planta produtiva naquela unidade da Federação, decidindo levá-la para a Bahia à época sob hegemonia de ACM. Finalmente, seria imperdoável deixar de mencionar a decisiva presença de Tauile no movimento da economia solidária, talvez sendo razoável afirmar que ele tenha sido, junto a Paul Singer, o principal intelectual do meio acadêmico dessa frente de lutas sociais, e fonte de grande inspiração para todos os seus ativistas.

Os dados biográficos ora fornecidos – e que, decerto, falam apenas de parte de suas atividades – mostram que Tauile teve uma vida profissional exemplarmente rica, combinando uma evidente produtividade em termos de sua produção escrita, mas um não menor engajamento nos assuntos referentes à UFRJ e ao ambiente econômico e político do país de seu período. Portanto, aquela longa agenda de contribuições foi forjada pelo autor a quente. Ou seja, cada linha de sua produção esteve embebida em uma preocupação em fazê-la incidir sobre os principais problemas vivenciados pelo seu país e mundo de seus dias. Sem essa compreensão já como ponto de partida, talvez o amigo, e a amiga, leitor venha a captar apenas muito parcialmente a originalidade do universo *tauiliano*.

Contudo, para além da generosidade de sua vida acadêmica em geral, e de sua pessoa, em particular; há a necessidade de se pontuar com maior clareza justamente quais foram as principais contribuições do autor para o desenvolvimento da própria teoria econômica no país, ao qual soube trazer leituras seminais e que em parte se mantêm inequivocamente atuais.

Podemos dizer que a agenda de Tauile compreendeu o seguinte temário.

- i) Uma nova agenda para o estudo e ensino de Economia do Trabalho no Brasil;
- ii) Entendimento das inovações tecnológicas nos setores metal-mecânico, especialmente o de usinagem através de máquinas-ferramentas;
- iii) Estudo da reestruturação produtiva no setor automobilístico e outros;
- iv) Crítica da modernidade e a defesa do contemporâneo em termos de um modelo de desenvolvimento para o país;
- v) Estudos sobre economia solidária;
- vi) Contribuições à teoria marxista pelo debate sobre financeirização, conceito de trabalho produtivo e crise do mundo do trabalho.

Conforme visto a agenda de estudos do autor foi ampla e variada. Entretanto, há um fio teórico e normativo dando um sentido de conjunto àquela agenda. No plano da teoria econômica, o eixo da abordagem dizia respeito aos vínculos existentes entre o processo e as relações de trabalho e o modelo de desenvolvimento do país aqui lido criticamente dentro de sua bruta realidade histórica. No aspecto normativo, “destaca-se” uma incessante busca por um futuro diferente da *velha modernidade*; modernidade essa que teimava em fazer com que os termos do passado se atualizassem de um modo ou de outro no presente, acompanhando os processos de transformação estrutural do país.

Vejamos então nas próximas seções algumas dessas principais passagens.

3. ECONOMIA DO TRABALHO: NOVOS CAMINHOS

No começo dos anos 1980, Tauile e cinco pesquisadores escreveram em parceria o artigo “*O estudo do processo de trabalho: notas para discussão*”. Naquele artigo os autores criticaram a exclusividade que vinha sendo dada até então nos estudos sobre a economia do trabalho aos aspectos circunscritos ao mercado desse fator. Isso é, ao mero processo de circulação, em que ocorria a compra e a venda da mercadoria força de trabalho.

No tocante à problemática do trabalho, não deixa de causar surpresa a observação de que, ainda no momento atual, não obstante o volume considerável de estudos e o interesse crescente no tema, seja entendido por ‘economia do trabalho’ um conjunto de análises voltadas quase que exclusivamente para o comportamento dos mercados e dos grandes agregados emprego e salário. (Tauile *et al.* 1981, p. 95)³

Os autores reivindicavam uma mudança do enfoque até então hegemônico no campo da economia do trabalho. Assim, para além do fato da força de trabalho ser uma mercadoria, e desse bem ser transacionado no mercado de fatores, se tornava necessário ampliar a análise também para o momento em que o consumo desse item tão precioso era feito por parte do capital.

³ Além de José Ricardo Tauile, os demais autores do texto foram: Fabio Erber, Liliana Acero, Maria Valéria Junho Pena, Paulo Vieira da Cunha e Vera Maria Cândido Pereira. Estes pesquisadores formavam parte de um grupo de estudo sobre processo de trabalho. O artigo foi escrito para servir de introdução ao painel “*Aspectos do processo de trabalho no capitalismo industrial brasileiro*”, no VIII Encontro Nacional de Economia, de 1980, realizado em Nova Friburgo – RJ. A redação final do texto ficou sob a responsabilidade de Maria V. J. Pena. Esse artigo seria publicado na *Literatura Econômica*, 3(2), 1981, editada pelo IPEA.

Decerto, não se tratava de ignorar os modelos neoclássicos sobre as funções de produção. Todavia, mesmo essas contribuições ainda constituíam um obstáculo epistemológico. Isso porque tal leitura não conseguia compreender as relações de trabalho, especialmente quando operadas no chão-de-fábrica, dentro de seu signo assimétrico, tanto em termos das relações socioeconômicas (entre donos e não donos dos meios de produção) e políticas (expressada na forma do despotismo fabril por parte das gerências, pelos tempos impostos através do controle dos tempos e movimentos e por meio do ritmo da linha de montagem etc). Dessa forma, deixar de lado tais variáveis era o mesmo que se recusar a compreender o próprio dinamismo do sistema, pois é justamente dessas relações sociais assimétricas que se extrai o excedente econômico – sob a forma da mais-valia –; variável essa crucial para o entendimento do próprio processo de acumulação do capital.

Por outro lado, apesar da nova perspectiva que se apresentava ter na tradição neoclássica de estudos sobre dinâmica do mercado de trabalho seu contraponto maior, lido desde os tempos atuais, é razoável supor que tal crítica decerto iria mais além, de fato, igualmente englobando os limites das teorias críticas ao sistema, como os enfoques: estruturalista, a teoria da marginalidade e, de alguma forma até surpreendentemente, o próprio marxismo.

O fato é que mesmo entre os teóricos do subdesenvolvimento a variável chave da abordagem tendia ser justamente a dualidade do mercado de trabalho brasileiro. Dentro desse aporte, poucas luzes foram lançadas em prol do entendimento do dinamismo assumido pelos processos e relações de trabalho realizado sob a égide da forma capitalista de produção em países periféricos. Tal lacuna segue válida mesmo que se reconheçam algumas inflexões teóricas como as que operam a análise do sistema desde o enfoque da superexploração da força de trabalho, típica do contexto dos países terceiro-mundistas em sua relação desigual com sistema capitalista no plano internacional. Isso por conta de que ainda nessa variante esse processo de superexploração era primordialmente analisado sob o ângulo da variável salarial; mais uma vez contribuindo escassamente para o entendimento do problema a partir da ótica do processo e relações de trabalho nelas mesmas⁴.

⁴ Para uma síntese deste debate, ver Mantega (1980).

Na verdade, mesmo no seio do pensamento marxista é fato reconhecido que desde o célebre capítulo 5, do Livro I, de *O Capital*⁵, até o final dos anos 1960, os estudos sobre processo de trabalho haviam recebido escassas contribuições. Tal lacuna não deixa ser mesmo desconcertante tendo em vista as importantes inovações organizacionais trazidas a lume, no mínimo, com a emergência do taylorismo e do fordismo já no começo do século XX, e fundamentais ao desenvolvimento da sociedade de consumo de massas desde então. Certamente aqui se faz necessário mencionar a parcial exceção representada pelo clássico *americanismo e fordismo*, de Antonio Gramsci (1988 [?]). Mas fundamentalmente a teoria marxista desde os escritos de Marx, mesmo em suas variantes heréticas, de fato, havia fundamentalmente deixado de lado o tema das relações de trabalho operadas sob a égide capitalista.

Na retomada dessa sorte de estudo no campo marxista poder-se-ia listar as críticas de Steven Marglin (1971 [1996]), André Gorz (1980 [1972]) e Charles Bettelheim (1979 [1973]) à divisão do trabalho capitalista. Esses estudos se originaram ainda sob a influência do contexto das greves operárias do final dos anos 1960 nos países desenvolvidos, e, especialmente, da Revolução Cultural chinesa ocorrida no mesmo período. Porém tais análises pecavam por uma abordagem excessivamente instrumental à crítica então feita à separação entre a concepção e a execução do trabalho. Assim, naquelas leituras, essa separação era vista como uma espécie de via de acesso para o aburguesamento dos segmentos intelectualizados da sociedade e do proletariado. Com isso, no plano teórico, se deixava de lado os aspectos mais propriamente reportados ao conteúdo do processo de trabalho desde a lógica capitalista tal como vinha se operando desde a emergência do taylorismo e do fordismo.

Uma contribuição mais efetiva naquele sentido foi o paradigmático *Trabalho e capital monopolista*, de Harry Braverman (1987 [1974])⁶. Outro aporte de fôlego para os estudos de processos e relações de trabalho foram os estudos dos regulacionistas Aglietta (1986 [1979]) e Coriat (1982 [1979]), igualmente gerados a partir do final dos anos 1970, nesse caso recuperando e atualizando importantes aspectos da leitura de Gramsci sobre o fordismo, especialmente por utilizá-la como eixo para a análise da crise econômica mundial que já despontava desde os anos 1960. Não obstante,

⁵ Naturalmente existem outros capítulos de *O Capital*, de Marx (1984 [1883]), tanto no Livro I, como nos Livros II e III, onde o tema do processo de trabalho está presente. A menção ao capítulo 5, do Livro I, aqui é feita posto ser o momento marcante da reflexão marxista sobre as diferenças entre processo de trabalho em sua generalidade e o processo de trabalho em sua forma capitalista, onde assume a forma historicamente específica da exploração da força de trabalho pelo capital.

⁶ O uso do termo paradigmático não implica uma aceitação acrítica às teses de Braverman. Um contraponto às suas teses pode ser visto em Burawoy (1985), autor geralmente mais lido no campo da sociologia do trabalho.

sem deixar de reconhecer essas contribuições, de fato é forçoso contabilizá-las como ainda pouco, ao menos comparativamente ao que foi o temário mestre da copiosa literatura marxista produzida no século passado.

Portanto, não se deve minimizar a importância da perspectiva adotada por Tauile e seus companheiros naquele texto do começo dos anos 1980. Os autores propunham que os economistas entrassem nas fábricas. Assim fazendo conseguiriam potencialmente entender os seguintes aspectos que marcariam as relações de trabalho dentro de uma lógica capitalista:

- i) Relação entre progresso técnico e organização qualitativa da força de trabalho;
- ii) Características sociais do progresso técnico;
- iii) As formas de contestação da produção;
- iv) O cotidiano operário. Para além dessas variáveis os autores ainda teriam a lucidez de apontar para o fato de que outras tantas dimensões que ficavam ao largo das relações de trabalho capitalista igualmente precisavam ser estudadas: função do Estado no manejo da luta de classes, os interesses das classes sociais, o aparato jurídico de regulação das relações sociais (Tauile *et al.*, 1981, p. 100-102).

Sem querer exagerar na importância desse documento, em alguma medida pode-se identificar no mesmo uma espécie de manifesto em termos dos novos rumos que se seguiram para os estudos sobre o campo da economia do trabalho em nosso país. Aquele artigo foi seminal por ter contribuído na incorporação, no debate econômico brasileiro, da importância dos processos e relações de trabalho para a dinâmica do sistema capitalista. Desse modo, aquela abordagem, ao privilegiar na análise a articulação entre o trabalho concreto, a geração do mais-valor através da exploração do trabalho abstrato, a apropriação do excedente econômico e o subsequente processo de acumulação do capital, projetou o campo da economia de trabalho para além de um mero subsidiário da teoria micro e macroeconômica, passando a reinseri-lo dentro dos campos da historiografia econômica, da economia da tecnologia e da economia do desenvolvimento.

No que tange especificamente aos estudos que viriam a ser realizados por Tauile, o que seria seu futuro encontro com a Teoria da Regulação lhe daria um escopo teórico mais bem definido para pensar este assunto, inclusive dentro de uma ótica extremamente crítica – e original – ao modelo brasileiro à luz de sua compreensão de nosso *fordismo capenga*, tal como será visto mais adiante.

Por outro lado, aquele tipo de perspectiva decerto encontraria campo fértil no meio acadêmico brasileiro, englobando, igualmente, contribuições localizáveis ao menos nas áreas da engenharia de produção, economia regional e urbana e da sociologia do trabalho. Decerto, conhecendo a fragmentação típica do meio acadêmico,

seria excessivo supor que a influência daquele texto tenha se dado dentro de uma relação de causa e efeito. Mas, pode-se sim dizer que ao menos aquele foi solidário com um movimento que ganhou corpo desde então e que esteve igualmente preocupado em compreender a dinâmica das relações sociais atinentes às suas próprias áreas, à luz dos estudos sobre processos e relações de trabalho.

4. ESTUDOS SOBRE A NOVA BASE TÉCNICA

4.1 MÁQUINAS-FERRAMENTAS DE CONTROLE NUMÉRICO E A NOVA BASE TÉCNICA

Conforme mencionado, Tauile realizou seus estudos de pós-graduação na *New School for Social Research*, instituição de inclinação marxista. O eixo do estudo de nosso autor em sua tese de doutorado foi o grau de difusão da microeletrônica no conjunto dos setores industriais no Brasil e seus efeitos sobre os trabalhadores. Mais especificamente, tal análise teve por campo principal de análise o paulatino processo de substituição das antigas máquinas-ferramentas universais (MFU) pelas máquinas-ferramentas de controle numérico (MFCN). Daí, os estudos de Tauile sobre processo de trabalho, à luz da abordagem marxista, puderam ganhar corpo, exigindo do autor plena criatividade para entender, sob as lentes da teoria, aspectos reportados aos fenômenos sociais.

Inicialmente cabe salientar o significado da transformação da base técnica que vinha ocorrendo no setor metal-mecânico; tanto em termos tecnológicos e gerenciais, como do ponto de vista político.

No plano tecnológico, desde os tempos do amadurecimento da Revolução Industrial no final do século XIX, o setor metal-mecânico foi sendo beneficiado pelo desenvolvimento das técnicas de produção nas siderurgias, especialmente através da produção de tipos de aço passíveis de corte com elevado grau de precisão através de ferramentas de usinagem (soldagem, fresagem etc) acopladas às máquinas de produção. Essa nova técnica permitiu a padronização de componentes que seriam posteriormente utilizados pelo conjunto do setor metal-mecânico, especialmente a indústria automobilística e a produtora de bens de capital, setores chave para o dinamismo das economias capitalistas desde o final do século XIX, ao menos até o final da década de 1970.

A padronização de peças e componentes foi importante porque permitiu o aumento da produtividade do trabalho no conjunto dos setores produtivos. Isso porque com peças e componentes intercambiáveis, as partes de um determinado produto se encaixavam com maior facilidade. Peças ou componentes com defeitos eram simplesmente descartados e substituídos por outras de igual molde que se encontravam em grande quantidade nos estoques das fábricas. Dessa forma tornou-se menos necessária a presença de metalúrgicos de maior qualificação (*fitter*) e que justamente abundavam

nesse tipo de setor, ajustando a cada momento as peças e componentes a serem encaixadas. A padronização de peças também aumentava o grau de previsibilidade gerencial sobre o processo produtivo posto reduzir o grau de variabilidade dos modos operatórios. Daí o esforço gerencial passaria a ser a da plena prescibilidade do trabalho a ser executado pelos trabalhadores, aqui sendo, de novo, passagem obrigatória relembrar os esforços de constituição de uma *administração científica do trabalho*, de Taylor, e a *linha de montagem*, de Ford. Finalmente, esse modelo padronizado de produção se espelhou em um tipo de sociedade cada vez mais ávida pelo consumo de bens duráveis a preços acessíveis mesmo com elevado grau de *standartização*.

De qualquer forma, o processo de padronização de peças abrigou um desconcertante paradoxo para as gerências. Se a uniformização dos componentes implicava em um progressivo processo de simplificação das tarefas a serem realizadas pelos operários do setor metal-mecânico (e do conjunto de setores produtivos) a jusante na cadeia produtiva, por outro lado, o próprio processo de produção destas peças era economicamente inviável, caso cada empresa tivesse de produzir um único tipo de peça ou componente, usando para tanto um tipo único de máquina dedicada. Ou seja, no setor produtor de peças e componentes metálicos era mais razoável produzir lotes diferenciados de produtos visando atender uma ampla gama de possibilidades de usos, para futura montagem de determinados tipos de produtos. Dessa forma, disseminou-se o uso de máquinas-ferramentas universais (MFU), controladas diretamente pelos trabalhadores que as operavam de forma manual: os ferramenteiros. O sistema de produção em pequenos lotes diversificados garantia pleno uso dessas máquinas, constituindo o princípio da economia de escopo.

Os ferramenteiros, ao contrário dos demais metalúrgicos, logravam manter algum grau de controle sobre o modo operante de suas funções, posto sua difícil previsão e prescrição gerencial. No plano político esse maior grau de controle se traduzia em maior disposição para a ação sindical. Enfim, na dúvida, é sempre razoável recordar que o ex-presidente Lula era um desses, formado pelo SENAI, no começo da década de 1960.

A tese de Tauile consistiu em justamente analisar as transformações ocorridas no mundo da produção a partir da mudança tecnológica representada pela introdução no mundo da produção das máquinas-ferramenta de controle numérico (MFCN). Essas máquinas realizavam as mesmas funções das antigas máquinas universais, porém sendo reprogramáveis, tanto em termos de seu *hardware* (máquinas flexíveis, isto é, com diferentes eixos giratórios e fácil substituição de ferramentas, adaptadas para a produção de diferentes lotes de determinados tipos de peças), como em termos de seu *software* (máquinas reprogramáveis através de pacotes como o sistema Computer Aided Design e Computer Aided Machine – CAD-CAM).

A nova base técnica estava fundamentada, portanto, na tecnologia microeletrônica aplicada à automação industrial. A tese de Tauile versava justamente sobre esse movimento, com especial ênfase às MFCN e sua difusão no parque produtivo metal-mecânico brasileiro. O olhar do autor, notoriamente influenciado pelo enfoque marxista, igualmente buscava refletir sobre a atualidade dos conceitos de subsunção formal e real do trabalho ao capital. E aqui Tauile pôde se defrontar com um importante ponto para análise.

A tecnologia incorporada nesse tipo de equipamento viabilizava o rompimento de uma importante barreira à automação industrial em pequena escala. Mais do que isso, porém, representava também início de uma onda de incorporação de ‘saber trabalhador’ (no caso, manual, e bastante qualificado) por parte do capital, através de meandros que a base técnica anterior não permitia. (Tauile, 2001, p. 111)

Lido apenas pela ótica das tendências em longo prazo do sistema capitalista, o processo de mudança da base técnica implicaria em uma inexorável desqualificação, tanto do antigo ferramenteiro de MFU – que perderia seu emprego; quanto do novo operador de MFCN, que ficaria restrito às tarefas de supervisão, alimentação, manutenção e, quando muito, reparo dessas máquinas. Contudo, no estágio de incorporação daquelas tecnologias, Tauile identificaria um movimento menos linear:

Quanto ao perfil de qualificações profissionais necessárias ao funcionamento da fábrica, a introdução da MFCN revela um movimento aparentemente contraditório. De um lado percebe-se que as novas atribuições de seus operadores, passíveis de se tornarem rotina e, conseqüentemente, de serem controladas como as de qualquer operador de máquinas de produção, a ponto de poderem até atender a mais de uma MFCN simultaneamente, caracterizam um movimento que parece homogeneizar a força de trabalho. Por outro lado, esta homogeneização só pode ser considerada em termos da simplificação das atividades do trabalhador na fábrica, e não exatamente em termos de sua formação técnica, pois, por sua vez, o emprego destas máquinas requer uma nova cultura profissional que se manifesta, ao longo de todo processo, na fábrica e nos escritórios. (Tauile, 1984, p. 866)

Desse modo, o novo operador das MFCN trazia consigo um importante paradoxo. Por um lado, era produto de uma nova base técnica que em uma primeira leitura dispensaria as suas habilidades. Mas, por outro lado, a própria inovação parece que dependia de sua capacidade de atuar no processo de incorporação dessa nova tecnologia, exigindo desse operário maior capacidade de tomar decisões diante de situações inesperadas, de raciocínio abstrato, compreensão do projeto do produto e mesmo uma compreensão mais abrangente do processo de trabalho como um todo

(aqui igualmente potencializada pelas mudanças de *layout* e a emergência dos postos de trabalho organizados em células de produção ao invés de em linhas)⁷.

Na verdade, mesmo o antigo operador de MFU parecia ter alguma relevância nesse processo inovador. Isso porque, no mínimo, a programação das máquinas seria realizada também levando em conta as características do trabalho realmente executados por eles, antes do que o meramente prescrito pelas gerências. Com isso, mesmo os hipoteticamente descartáveis do processo inovador poderiam ter algum poder de barganha nesse contexto, ou ao menos enquanto essa tecnologia não amadurecesse e sua presença não se tornasse definitivamente redundante.

Talvez seja difícil nos dias atuais dar conta da relevância dessa original leitura feita por Tauile acerca desse paradoxo. De fato, o autor não se esquivou de descrever e analisar os efeitos negativos que o progresso técnico representado pela MFCN acarretou e poderia seguir acarretando para os trabalhadores; seja no plano do estoque de empregos, seja em termos políticos, relembrando o já comentado maior poder de barganha sindical dos ferramenteiros.

Mas, se não tanto em seus primeiros escritos, quando talvez se possa depreender uma abordagem mais reticente, mas, certamente, na continuidade de sua reflexão, o que Tauile vislumbrava era que esse momento, que vinha se dando em meio ao processo de redemocratização do país, poderia abrigar potencialidades em termos tanto da luta dos operários, como em termos do próprio processo político que estava sendo vivenciado pelo país.

Ou seja, os processos de superação dos marcos usualmente autoritários que marcavam as relações de trabalho no país, poderiam ser superados justamente usando o veneno do capital – o progresso técnico – como um antídoto. Sendo mais preciso, na medida em que as tecnologias microeletrônicas exigiam um novo operário mais inteirado sobre o processo produtivo no seu conjunto, e na medida em que mesmo os antigos ferramenteiros poderiam ainda ser úteis em um contexto de transição tecnológica, haveria alguma chance para que fosse possível a constituição de novos consensos entre o capital e o trabalho. Assim, esses novos pactos poderiam se dar em um contexto de uma nova base técnica; e, adicionalmente, calcada em salários mais justos, condições ocupacionais menos desgastantes, de um trabalho menos fragmentado e de um processo inovador mais compassado, também, aos interesses dos trabalhadores.

⁷ Woodward (1965), ao relatar as características do trabalho dos operários das indústrias de processo contínuo, mencionou a maior necessidade de esse trabalhador ter uma visão mais abrangente do processo produtivo. Vale salientar que as indústrias de processamento são as que possuem níveis mais elevados de automação do trabalho.

Como dizia o próprio autor:

se os ganhos de aumento de produtividade forem repartidos devidamente entre o capital e trabalho, melhorando a qualidade de vida das atividades profissionais e trazendo benefícios sociais que contribuam direta ou indiretamente para o processo de redemocratização da sociedade brasileira, a nova base técnica será muito bem-vinda para os trabalhadores. Para isso, é preciso, é claro, que se sintam que não estão, mais uma vez, sendo deixados para trás. (Tauile, 1986, p. 80-81)

Ou seja, se nosso autor pode ser de alguma forma caracterizado pelo seu excessivo otimismo, não se pode dizer que tal compreensão fosse propriamente ingênua ou descabida de sentido.

4.2 A NOVA FORMA DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: O MODELO JAPONÊS

Seria justamente a partir de seu pós-doutoramento, no começo dos anos 1990, quando pôde investigar com mais detalhes o modelo japonês de organização do trabalho (ôhnoísmo, toyotismo, sistema de produção enxuto) que Tauile passou a dar melhor contorno a algumas daquelas ideias apenas potencialmente presentes em sua tese da primeira metade dos anos 1980.

Assim, naquele momento, o Japão, especialmente através de sua principal montadora de automóveis, a Toyota, despontava como a grande vedete em termos de inovação das formas de organização do trabalho.

Derivado de um conjunto de condicionantes restritivos herdados do pós-guerra (dificuldade para aquisição de matérias-primas dentro do próprio território, a consoante necessidade de economia de recursos, a baixa competitividade perante às montadoras estadunidenses e europeias, a emergência de fortes conflitos fabris); a indústria automobilística daquele país havia se experimentado em trabalhar em situações de constantes dificuldades. Com isso teve de constituir uma série de iniciativas visando racionalizar os custos de produção e aumentar a produtividade. Tais iniciativas podem ser sintetizadas na formulação dos cinco zeros: *estoque*, *pane*, *defeito*, *papel* (ou, *burocracia*) e *desperdício*–; epítetos do princípio do sistema de produção enxuto.

O modelo japonês é classificado como enxuto porque trabalha com níveis mínimos de estoques, seja de peças e componentes, seja de instrumentos de trabalho. Do mesmo modo, esse sistema é ativado a partir da demanda. Ou seja, no momento em que o consumidor faz a aquisição de uma determinada mercadoria que essa começa a ser fabricada, de jusante para montante, seja na linha de montagem, seja na cadeia produtiva. Esses vêm a ser o princípio do *Kanban*, ou do *Just in time*.

Do ponto de vista econômico, as vantagens desse padrão é que se reduz a quantidade de capital imobilizado, utilizando-se o exato montante de matérias-primas ou peças e componentes que serão efetivamente utilizadas em um dado momento. Tal princípio logra aumentar a velocidade do ciclo de rotação do capital, com efeitos derivados sobre os montantes dos lucros obtidos. No plano gerencial, esse modelo permite maior controle sobre a ineficiência de cada etapa do processo produtivo, incluindo sobre os postos de trabalho. Isso porque, nesse caso, quando uma peça ou componente é encaminhada para novo processamento, a cada etapa da linha de montagem, a falta de estoque de reposição obriga ao próprio trabalhador a controlar a qualidade do que chega ao seu posto de trabalho. Se a peça ou componente chega defeituosa simplesmente interrompe-se a tarefa. Com isso fica mais fácil se localizar de onde está partindo o defeito ou gargalo, podendo-se incidir prontamente sobre o mesmo. Outro efeito derivado é que o controle da qualidade é feito no próprio processo, ao contrário do sistema com estoques, em que é feito após o produto estar definitivamente pronto.

Tendo em vista aquele perfil acima, tal sistema consegue ser flexível não apenas porque conta com máquinas de base técnica microeletrônica, mas, igualmente, porque conta com um princípio organizacional igualmente capaz de produzir de maneira diversificada com baixos custos. Dito em outras palavras, o modelo japonês parecia ser mais adequado para incorporar ao sistema de produção de massas o princípio da economia de escopo.

O modelo japonês igualmente engloba a prática dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), no qual os operários, *voluntariamente*, participam de reuniões após o expediente em que dão sugestões em prol do aprimoramento do processo produtivo. Recuperando um debate feito na subseção anterior, é fácil ver que esse processo potencializa eventuais processos inovativos, especialmente em um contexto de inovações radicais (como no caso da passagem da base técnica eletromecânica para a microeletrônica) e que inevitavelmente engloba um amplo custo de aprendizado por parte do todo sistema produtivo.

Sem querer esgotar a lista, o toyotismo engloba ainda a adoção do princípio do emprego vitalício, do salário por antiguidade e do sindicato por empresa; em todos três casos, necessários para gerar um sentimento de coletividade entre os operários e seus patrões. Finalmente, o modelo japonês implica num outro tipo de relação entre a firma principal (por exemplo, no caso do setor automobilístico, a montadora) e as subcontratadas dentro de uma relação de parceria entre os agentes econômicos. Essa parceria implica não somente em uma relação confiável em termos contratuais no que tange os mútuos direitos e deveres das partes, mas, igualmente, participação acionária e desenvolvimento conjunto de projetos de novos produtos.

Tauile iria classificar este padrão de flexibilidade dinâmica. Segundo nosso autor esse conceito:

diz respeito justamente à capacidade que estas empresas têm de adaptar-se e mudar seu comportamento, de modo a responder melhor a situações inóspitas criadas pela concorrência, e, por outro ângulo, para criar situações ou ambientes constrangedores para seus concorrentes, em função da agilidade com que os diversos níveis de decisão da empresa podem alterar posicionamento nela estratégicos. (Tauile, 2001, p. 155)

Seduzia Tauile, em especial, o fato do modelo japonês de organização do trabalho se apresentar enquanto uma alternativa ao fordismo. Não haveria porque aqui nesse espaço reproduzir um já copioso debate que reflete se de fato o toyotismo era ou não uma efetiva alternativa ao sistema de produção em massa. Não obstante, para além de uma abordagem eventualmente mais cética que possa ser feita, o modelo japonês, de fato, apresenta alternativas à clássica distinção entre a execução e a concepção, do ideário taylorista; bem como ao princípio da linha de montagem da concepção originária de Henry Ford.

Por outro lado, a Tauile, não era estranho a existência de alternativas ao fordismo, tal como era o caso das experiências sueca (das fábricas da Volvo de Udvala e Kalmar); italiana (da região da Terceira Itália), alemã (e a experiência da democracia industrial) e mesmo norte-americana (no caso, especialmente, a partir do Vale do Silício)⁸. Mas o que, talvez, desse ao nosso autor um olhar especialmente atento para a experiência japonesa dissesse respeito justamente ao fato de que aquela vinha conseguindo se impor ao modelo fordista, indo além da mera experiência (especialmente tendo em vista o modelo sueco, que definitivamente não conseguiu sobreviver a uma década); tornando-se mais competitivo do que o tradicional modelo padrão de racionalização do trabalho.

Por outro lado, Tauile não tinha um olhar acrítico sobre a experiência japonesa. Em mais de um texto o autor apontou para o fato de que aquele modelo implicou na destruição dos sindicatos de trabalhadores de ideologia classista e que o engajamento por *ostracismo* (usando um termo de Benjamin Coriat⁹) implicava em mecanismos um tanto impositivos de modo a garantir o pleno engajamento dos trabalhadores nos assuntos reportados à produção. Tampouco ao autor lhe faltou discernimento de que aquela experiência dificilmente seria reprodutível em outros contextos, especialmente

⁸ Para uma leitura sobre essas alternativas ver Piore e Sabel (1984), Ferreira *et al.* (1991) e Berggren (1992), Cocco *et al.* (1999).

⁹ C. f. Coriat (1994 [1991]). Outra leitura igualmente clássica sobre o modelo japonês de organização do trabalho pode ser vista em Womack *et al.* (1992 [1990]).

levando em conta as particularidades históricas e geográficas que ocasionaram sua existência.

Assim, além de uma maior aproximação entre execução e concepção do trabalho, o que parece ter cativado o autor, em seus estudos sobre o modelo japonês de organização do trabalho, foi que esse novo padrão poderia se traduzir em uma renovação generalizada das antigas formas de gestão da produção, inclusive no Brasil.

O fato é que o modo de adoção do fordismo em nosso país se mesclara com antigas práticas gerenciais tradicionalmente despóticas e autoritárias. Por outro lado, o contexto de crise econômica vivenciado pelo Brasil a partir do começo da década de 1970 colocara o nosso fordismo à brasileira igualmente em crise, tendo em vista a necessidade imperiosa das empresas do país em conquistarem fatias mais generosas do mercado externo, bem como para poder vender suas mercadorias em um mercado interno que, de fato, estagnara. Por isso, ao olhar de Tauile, seria bem-vindo um novo modelo de gestão da produção que pudesse renovar práticas gerenciais *modernas*, as tornando *contemporâneas*.

Se antes os trabalhadores não eram pagos para pensar (típica da lógica taylorista, mas que aplicada no Brasil abrigava um indelével tempero escravocrata), na nova realidade eles passariam, sim, a ser remunerados para participar, dar sugestões, para contribuir no processo inovativo. Se no Japão o modelo se baseara numa lógica paternalista, no nosso caso, vivenciando a transição do regime autoritário para o democrático, outros exemplos poderiam prosperar, tal como, aí, sim, o alemão ou sueco, no qual havia liberdade de organização sindical, e os processos de mutação tecnológicos vinham sendo negociados entre o capital e o trabalho.

Não cabe, portanto, aplicar as chamadas técnicas 'japonesas' de organização da produção como se fossem receitas de bolo. Se não estiverem consubstancializadas por práticas legitimadas por um contrato social adequado aos novos tempos de parceira (e eivado de credibilidade entre as partes que o constituem), tais técnicas não alcançarão sua plena potencialidade, e seus resultados, ainda que eventualmente positivos, seguramente estarão muito abaixo do possível. No caso brasileiro, o maior problema talvez seja a falta de credibilidade generalizada entre os agentes políticos e econômicos, o que torna difícil uma solução macro, abrangente em termos de política econômica ou, especificamente, em termos de política industrial. Resta, entretanto, a possibilidade (e a esperança) de que empreendimentos individuais consigam cultivar as novas práticas dentro de ambiente de efetiva cooperação e de que estas sejam sancionadas pela confiança mútua entre as partes. Sobre as poucas experiências que temos conhecimento a este respeito, os resultados são aparentemente alvissareiros, com desempenho efetivamente muito acima da média dos seus pares. (Tauile, 1996, p. 41)

Dessa passagem fica mais que evidente que nosso autor passou ao largo de qualquer acriticidade quanto ao modelo japonês. Pelo contrário, tal como bem lembrou Claudio Salm (2009), no seu prefácio ao livro póstumo de Tauile, esse chegou em uma ou noutra passagem a alertar para as possibilidades de que nossos padrões culturais – a despeito de seu indelével autoritarismo e oportunismo – decerto criativo e ao seu modo inovador, pudessem ser mobilizados no encontro de soluções alternativas para as antigas práticas que dominaram nosso mundo da produção:

Não existem barreiras tecnológicas nem para o desenvolvimento de possíveis formas alternativas de organização e gestão da produção, de modo a utilizar os recursos humanos mais eficientemente, em harmonia com a disponibilidade de fatores e com os tratos culturais locais. O ‘jeitinho’ brasileiro, enquanto capacidade de adaptação, engenhosidade e flexibilidade, pode até acabar por transformar-se num fator de produção que, talvez, chegue mesmo a caracterizar uma vantagem comparativa contemporânea específica do trabalhador brasileiro. (Tauile, 1989, p. 61)

Ou seja, se o modelo japonês teria algo a nos ensinar este seria a importância da configuração de novos pactos sociais de natureza estratégica – em longo prazo – no qual o revigoramento de nossa economia – combatida pelas décadas perdida e vendida – passasse pelo engajamento do trabalho em prol do crescimento da produtividade média, mas que, também, passasse pelo engajamento dos detentores do poder econômico e político em prol da distribuição de renda e da melhoria das condições de vida da classe trabalhadora e do conjunto da sociedade.

5. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS SOBRE O PARQUE PRODUTIVO BRASILEIRO

Conforme mencionado, o universo tauiliano paulatinamente passaria a incorporar o repertório da Teoria da Regulação¹⁰. Essa escola de pensamento, de matriz marxista e institucionalista, considera que o sistema capitalista deve ser analisado historicamente segundo o seu Regime de Acumulação e Modo de Regulação.

Dito de forma sintética, por Regime de Acumulação pode-se entender os paradigmas tecnológicos e organizacionais existentes, bem como os padrões de consumo que os dariam coerência. Já o Modo de Regulação está reportado à presença do Estado

¹⁰ Na verdade as preocupações de Tauile com o tema do modelo desenvolvimento já vinha desde antes de seu período do pós-doutoramento. Assim, por exemplo, seus escritos formulados em parceria com o Prof. Carlos Eduardo Frieckmann Young se articularam sobre o mesmo assunto, porém desde uma abordagem kaleckiana. Um destes textos consta de Paixão e Castelo Branco (2009).

e das instituições que regulariam aqueles padrões de produção e consumo. Assim, dialogando com a seminal formulação de Gramsci dos tempos do cárcere, Aglietta e Coriat consideram que o fordismo consistiu num típico Modo de Acumulação e Regime de Acumulação associando de forma coerente a produção e o consumo de massas. Do mesmo modo, nesse período, que se estendeu do pós-guerra ao final dos anos 1960, o fordismo pôde contar com um Estado capitalista disposto a arcar com elevados gastos públicos para manter, pela via do aumento da demanda efetiva, elevados níveis de crescimento econômico.

Decerto, há o curioso registro de que a Teoria da Regulação nasceu já da crise do fordismo. Assim, a genealogia deste sistema acabou sendo feita quando o mesmo deixara de ser coerente, seja enquanto um Regime de Acumulação, seja enquanto um Modo de Regulação. A explicação dada por aqueles autores para o entendimento da crise fugia dos mecanismos tradicionais (crise do petróleo, descontentamento difuso dos operários e jovens com a sociedade de produção e consumo de massas), repousando no esgotamento das potencialidades da própria base técnica do fordismo (automação rígida e sistema de produção em massa) as razões últimas de seu esgotamento. Neste sentido, o estudo sobre o fordismo, feito por aquela escola, seria produzido para se analisar o emergir de uma nova etapa do sistema capitalista, que poderia ser classificada como da Acumulação Flexível.

Seria de fato um exagero supor que Tauile tenha sido pioneiro em uma abordagem crítica acerca das características de nosso modelo de desenvolvimento. Mas pode-se, sim, afirmar que nosso autor o fez desde um olhar muito próprio, sabendo articular essa crítica dentro do aporte regulacionista, combinado com seus anteriores estudos sobre as transições tecnológicas e organizacionais que o país vinha passando, fruto de sua já comentada tese de doutorado e de estudos posteriores forjados nessa perspectiva. Desse modo, o autor soube aportar uma variante à compreensão do processo de modernização do país. Desse modo, segundo o autor, nosso fordismo tupiniquim, ao contrário do vigente nos EUA e Europa Ocidental, seria coerente desde características socialmente retrógradas e perversas:

Do ponto de vista da teoria da regulação, poder-se-ia dizer que, com a aceleração do processo de industrialização a partir do Governo Juscelino, instalou-se no Brasil uma espécie de fordismo **capenga**, em que se desenvolveu muito mais a perna material da produção manufatureira do que a correspondente **perna** das 'relações salariais' (**rapport salarial**). Esta carência fez com que o ciclo do fordismo, como modo de regulação macroeconômica, se completasse apenas parcialmente. O consumo de massas ficou frequentemente limitado pela excessiva e, quase sempre, crescente concentração de renda na sociedade. Se, por um lado, custos baixos do fator trabalho podiam (mas nem sempre) manifestar-se como produção barata de bens, por outro

lado acabavam por gerar, macroeconomicamente, uma demanda efetiva atrofiada em relação ao seu potencial. Com isso, perderam-se economias de escala significativas para o aumento da produtividade e a ampliação do escopo de atuação das empresas. (Tauile, 1990, p. 140)

Por outro lado, do mesmo modo que o aporte regulacionista se estruturou na emergência da Acumulação Flexível para melhor analisar o próprio fordismo, Tauile vislumbrava na inexorável crise que assolava o país nos anos 1980 e 1990 uma ferramenta, não somente para a abordagem do passado, mas de escrutínio do que poderia ser o nosso futuro. Tal vislumbre iria além dos processos e relações de trabalho, igualmente abordando as características de nosso parque produtivo em seu conjunto, além do próprio modelo de desenvolvimento desejável para o país do futuro.

Na verdade, as angústias de Tauile acerca das questões acima faziam parte de uma agenda de preocupações que marcaram todo o pensamento desenvolvimentista no Brasil desde a grande crise do começo da década de 1980. De qualquer forma, é razoável sublinhar alguns aspectos da agenda tauiliana.

Para além do debate sobre a reestruturação produtiva e dos ritmos de introdução das inovações tecnológicas e gerenciais, o fato é Tauile se preocupava com a capacidade do país em acompanhar as radicais mudanças que estavam começando a ocorrer pelo mundo afora, tendo em vista a ampla difusão da microeletrônica e da informática em planos que já despontavam que iriam muito além do mero processo produtivo. Com isso, os problemas que seriam vividos pela economia brasileira passariam a englobar o próprio modo pelo qual o país iria se reinserir na nova Divisão Internacional do Trabalho.

Ou seja, se num primeiro momento a questão era saber se nossas maiores empresas logriam incorporar a tecnologia e os padrões organizativos flexíveis para produzir de forma eficiente carros, aviões, bem de consumo duráveis e alguns itens do setor de bens de capital, em um segundo momento, se colocava em questão o problema da capacitação do país para produção de componentes microeletrônicos (chips, memórias, circuitos eletrônicos integrados etc.), progressivamente incorporados aqueles bens recém-mencionados; e cada vez mais tendo sua produção deslocada para os países do extremo asiático. Contudo, mesmo essa etapa ainda seria apenas uma parte do problema dado que, progressivamente, a nova base técnica iria se projetar para revolucionar amplos espaços da vida social como a telecomunicação, a educação, cultura, lazer, serviços médicos, etc. Dito de outro modo, cada vez mais os eixos dinâmicos da acumulação se deslocavam para o setor de serviços, se colocando em questão o problema da baixa capacidade de nosso parque produtivo para o desenvolvimento de software, projeto de produtos e serviços e afins:

Tanto a informática quanto telecomunicações, quanto aos segmentos tecnoindustriais afins, convergem, deixando, no caso, a respectiva base técnica a ser um delimitador de fronteiras industriais. Ao contrário, e muito mais do que isto, são novos e muitos os espaços que se abrem pela nova mídia digital que descontinua o imenso horizonte da virtualidade à sua frente. (Tauile, 1997, p. 26)

Era evidente ao autor que nossas universidades e centros de pesquisas seguiam muito aquém ao necessário para dotar o Brasil de plena capacidade para um novo padrão de relacionamento econômico com o restante do mundo. E, para piorar, os anos *colloridos*, do antigo suposto *Caçador de Marajás*, evidenciariam ao autor que nossas elites haviam aberto mão de entender este problema enquanto um problema:

É cada vez mais evidente que é o desenvolvimento da inteligência social que permite e valoriza a inserção de sua economia na divisão internacional do trabalho contemporânea. A questão nacional mudou sua natureza: 'o petróleo é nosso', colocado pertinente e vitoriosamente há quarenta anos, já não representa hoje a fronteira das lutas pelo desenvolvimento econômico e social do País. É preciso sair da mesmice e avançar para além da modernidade. A revolução tecnológica da microeletrônica está fazendo surgir uma sociedade da informação. As benesses dessa sociedade não estão garantidas para ninguém, muito menos para países em desenvolvimento eivados de contradições e conflitos mal resolvidos, como o Brasil. (Tauile, 1990, p. 142-143)

No universo tauiliano o projeto da modernidade no Brasil havia legado um insuficiente fordismo capenga do ponto de vista produtivo, moral e civilizatório. A sua crise, se por um lado poderia nos conduzir a um novo consenso social fundado na distribuição de renda e na valorização da *inteligência social* do país, por outro, comandado pelas tradicionais elites econômicas e políticas, acabaria mesmo nos levando a um cenário ainda mais degradado onde à concentração de recursos e oportunidades acabaria se somando a precarização do trabalho e a ampliação das mazelas sociais que costumeiramente castigam nosso povo.

Portanto, ao reivindicar o *contemporâneo* Tauile, na verdade, ansiava um novo projeto para o Brasil do futuro, assentado em bases socioeconômicas e políticas profundamente diferenciadas ao qual herdamos de nossa *velha modernidade*.

6. TEXTOS SOBRE UMA UTOPIA SOLIDÁRIA

Desde meados da década de 1980 o mercado de trabalho brasileiro já vinha apresentando sinais de estagnação. Com a crise econômica e a hiperinflação ocorreu uma reversão da tendência à progressiva elevação do peso relativo dos trabalhadores do setor formal no conjunto da PEA. Todavia, seria no decênio seguinte, no contexto das políticas de ajuste estrutural de nossa economia de caráter neoliberal (abertura

comercial, câmbio valorizado, privatizações, juros elevados etc.), que esses indicadores entraram em franca degradação, comprovada pelo aumento da informalidade e da taxa de desemprego (C.f. Cardoso, 1999).

No contexto da crise e transformações da economia brasileira durante aquele período, muitas empresas que atuavam no país se viram em sérias complicações econômicas. Em alguns desses momentos, os trabalhadores, especialmente quando se viam na situação de credores de seus antigos patrões, seja por salários em atraso, seja pelo não recolhimento valores referentes a direitos sociais (especialmente a Previdência Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS); adotaram como alternativa a transformação das dívidas na apropriação das empresas no seu conjunto, englobando o prédio, maquinário, matérias-primas etc.

Com isso essas empresas passavam a ser de propriedade de seus antigos empregados que dali em diante teriam de se responsabilizar pelo seu funcionamento e gestão. Em alguns casos essas experiências foram bem-sucedidas. Em outras situações o resultado foi menos promissor, com os trabalhadores, agora proprietários, se vendo em sérias dificuldades para viabilizar as empresas sob sua gestão.

Não obstante, em 1994, aquele conjunto de empreendimentos se associou para fundar a Associação Nacional de Empresas de Autogestão (ANTEAG), entidade à qual Tauile foi não apenas um grande admirador, mas, também, consultor e formulador teórico.

A progressiva aproximação de Tauile da ANTEAG o colocou progressivamente no seio do movimento da economia solidária que, como sabido, vai além das antigas empresas falidas, agora gerenciadas pelos ex-funcionários. Não obstante, tendo em vista sua formação intelectual, de fato, ao se aproximar desta frente, Tauile teria muito que aportar nesta nova frente dos movimentos sociais brasileiros.

Desde sua tese de doutorado já estava presente um tema – de resto caro para a geração de 1968 – que consistia no divórcio, de corte taylorista, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; separação esta que, no Brasil, se mesclara a um já tradicional despotismo fabril. Tal como já debatemos, o autor enxergara na transição tecnológica da base eletromecânica, para a microeletrônica, e, especialmente, no sistema japonês de organização do trabalho, uma via para superação de antigas práticas herdadas do paradigma gerencial anterior, e no qual pudessem ser abertas novas vias de pactuação entre o capital e o trabalho, inclusive no terreno das condições ocupacionais e do aproveitamento do saber-fazer dos trabalhadores dentro do próprio processo produtivo.

Ora, o movimento autogestionário oferecia com sobra alguns desses princípios, permitindo com que os trabalhadores envolvidos fossem elevados aos níveis mais graduados das empresas, já que passavam a assumir a condição de donos do próprio negócio:

O diferencial (...), desses empreendimentos está na forma (e natureza) da gestão, assentada em princípios de democracia, igualdade e solidariedade, que consagra os ganhos de sinergia gerados no processo e, também, na caracterização de uma sociedade de pessoas. (Tauile e Rodrigues, 2004, p. 38-39)

Isto é, se por um lado, a definitiva superação dos princípios autoritários, indelevelmente presentes no conjunto das empresas brasileiras, não veio fundamentalmente por conta da mudança de paradigma organizacional, quem sabe este não poderia vir por conta da iniciativa dos próprios operários, agora eivados a uma desafiante condição de gestores de si mesmos?

Ao autor era presente a ideia de que este conjunto desformatado de empreendimentos autogestionários, na verdade surgidos cada qual de seu modo à luz das dificuldades específicas apresentadas por diferentes tipos de empresas, imperiosamente necessitaria ingressar em uma nova etapa de articulação interna, formando uma espécie cadeia produtiva de estabelecimentos solidários. Para além das iniciativas dos próprios empreendimentos, tal eixo poderia ser um elemento vertebrador das políticas públicas voltadas para este segmento em todo o país:

É nesse contexto que carece de estímulo a constituição de redes de comunicação que, pelo espaço cibernético, unam as empresas autogestionárias. O objetivo seria permitir que não só aufram economias de esclas de compras e vendas (dentro e fora dele), como também desenvolvam economias de solidariedade que viabilizem suprir deficiências e complementar competências desse subconjunto expressivo da chamada economia popular solidária no Brasil. (Tauile e Debacco, 2009, p. 213)

Mais uma vez poder-se-ia fazer comentários acerca do incorrigível otimismo de nosso Tauile. Mas se é bem verdade que tal estado de espírito era-lhe, de fato, bem costumeiro, uma leitura mais atenta de seus escritos junto com seus companheiros de formulação nesse campo, revela um autor um tanto realista em relação aos tantos problemas que tais iniciativas ainda teriam que superar.

Nesse sentido, perpassou os estudos de Tauile sobre a experiência dos empreendimentos autogestionários uma fantástica lucidez por perceber que tais iniciativas se defrontavam ao menos com os seguintes óbices:

- i) Dificuldades de obtenção de capital de giro e para ampliação dos negócios;
- ii) Problemas para se manterem atualizadas do ponto de vista tecnológico e com capacidade de acompanhar o ciclo de vida dos produtos que produziam;
- iii) Complicações para comercializar seus produtos, isso fora a quase inacessibilidade aos mecanismos de incremento da produtividade, tal como a diferenciação de produtos pela via do *marketing*;

- iv) Indefinição jurídica em diversos planos em níveis tolhendo a plena institucionalização daqueles empreendimentos;
- v) Problemas referentes à precisa definição na prática sobre o que, afinal, vem a ser autogestão e como superar na prática a clássica distinção entre gestão, concepção e execução do trabalho;
- vi) Dificuldades reportadas à consolidação de laços de solidariedade e confiança, tanto dentro de cada empreendimento autogestionário, bem como entre esses.

Ou seja, mesmo para o olhar sempre otimista de Tauile, a melhor forma de contribuir para o pleno sucesso dos empreendimentos autogestionários era através de uma severa leitura sobre seus sucessos e ... insucessos. Nesse plano, chama-se atenção para o modelo da *rosácea*, desenhado pelo autor junto com Huberlan Rodrigues, na qual os autores fizeram uma seminal tipologia de estabelecimentos solidários, as hierarquizando dentro de um conceito identificado como *socialmente aceitável*. As variáveis determinantes para a constituição desses padrões seriam:

- i) Acesso ao mercado;
- ii) Acesso ao crédito;
- iii) Participação institucional;
- iv) Forma de propriedade;
- v) Tipo de gestão;
- vi) Padrão tecnológico (C.f. Tauile *et al.*, 2005, Tauile e Rodrigues, 2005).

Sem termos condições de comentar cada variável daquela metodologia neste momento, recordamos que Tauile e Huberlan constituíram uma classificação fundada no parâmetro de que as situações mais desejáveis seriam as “*Empresas dos trabalhadores em autogestão*” e as empresas de “*Gestão compartilhada/Conglomerado associativo/Central de segundo grau*”. Essas empresas seriam definidas por serem efetivamente gerenciadas pelos próprios trabalhadores de forma democrática e com plena participação dos envolvidos nos resultados econômicos do empreendimento. Já no campo do não desejável se encontrariam, por sua vez, em ordem de menos ruim para pior, a “*Cooperbusiness*”; a “*Cooperativa tradicional*” e a “*Cooperativa gato, ou terceirizada*”.

Da releitura da *rosácea* mais uma vez se destaca a extrema objetividade com que os autores trataram o tema dos empreendimentos autogestionários, em particular, e da economia solidária, em geral. Assim, se era bem verdade que, ao menos potencialmente, tais atividades traziam consigo um jovial sopro de democracia e generosidade para o seio de nosso setor produtivo; por outro lado, tamanha esperança deveria ser temperada pelo olhar agudo e crítico do cientista social.

Dessa forma, Tauile, sem deixar de se envolver em uma relação de extrema empatia com seu campo de estudo, sabia que a maior contribuição que poderia dar para o movimento da economia solidária era aportando sua enorme experiência de vida inteira, mesmo quando fosse para ser bastante crítico, em prol da viabilização dessa *prática em busca de sua utopia*.

7. APONTAMENTOS FINAIS À GUIA DE UM ANTIÉPILOGO

Ao recuperar nos sucessivos números da Revista de Economia Contemporânea (REC) a memória de íclitos economistas que já estiveram, ou seguem atuando em suas salas de aula e de pesquisas; o Instituto de Economia faz uma homenagem à sua própria trajetória enquanto uma instituição acadêmica depositária de fundamentais contribuições ao progresso do pensamento econômico no Brasil. Como o amigo e a amiga puderam parcialmente ver ao longo deste artigo, Tauile entra, *com pompa e circunstância*, no rol desse time de grandes autores.

Decerto um olhar positivista poderia lançar setas reticentes às linhas tauilianas, lhe apontando o quanto sua formulação teórica esteve mesclada com suas preocupações normativas ou políticas e comprometendo a sua neutralidade axiológica. Mas, definitivamente, essa sorte de ressalva, se feita, não deveria ser feita apenas a Tauile, mas aos mais ilustres economistas que já pisaram neste mundo, desde os tempos da Fisiocracia, nos tempos da França Iluminista do século XVIII. Ou seja, não é difícil encontrar nos textos dos verdadeiros mestres do pensamento econômico, expressa preocupação com o diálogo entre a teoria e as recomendações de caminhos para que a humanidade pudesse encontrar melhores, e mais dignos, dias. Nosso autor não se furtou de cumprir esse papel. Se sua produção foi cercada por características muitas vezes polêmicas e controversas louve-se a este respeito o fato de nosso autor ter vivido intensamente seu tempo contemporâneo, momento este, de resto, marcado por profundas transformações, no Brasil, e no mundo e que favoreceram tal sorte de comprometimento.

Por outro lado, poder-se-ia questionar até que ponto a agenda do autor seguiria válida nos dias de hoje. De fato, o mundo, desde a partida de nosso autor, mudou de modo especialmente acelerado. Tauile não teve a oportunidade de ver o segundo mandato de Lula, a vigorosa expansão das redes sociais na Internet, a Crise das Hipotecas, a eleição de Obama, o vigoroso crescimento econômico da China, a Primavera Árabe. O conhecendo, dá mesmo uma grande curiosidade sobre o tratamento que daria a cada um destes assuntos (ou os *insights* que teria sobre cada um deles), embora não haja dúvida que o faria com a mesma seriedade, paixão e envolvimento que se dedicou a cada assunto que lidou.

De qualquer modo, diversos pontos da reflexão e agenda de Tauile decerto ainda podem animar a realização de estudos sobre assuntos atuais. O fato de a China ter

crescido tanto nos últimos anos, certamente, traz para a cena a necessidade de um olhar mais atento ao padrão tecnológico daquele país, inclusive em termos dos processos e relações de trabalho. Aos que se preocupam com a mediocrização do parque produtivo brasileiro, com uma crescente ameaça de desindustrialização do país, igualmente podem encontrar nas leituras do texto de nosso autor uma boa e revigorante fonte de inspiração. Mesmo o tema da economia solidária parece que poderia ser atualizado à luz do que foram os caminhos das políticas sociais no Brasil, e da necessidade de se encontrar formas de empoderamento econômico e político por parte dos atualmente milhões de assistidos financeiramente pelo Estado brasileiro através do Programa Bolsa-Família.

Na síntese de tantos caminhos apontados pela produção intelectual de Tauile certamente fica a grande lição da necessidade de se refletir criticamente sobre os modelos de desenvolvimento adotados a cada momento, que o crescimento econômico – mesmo que *à chinesa* – não vale por si mesmo, na falta de pactos sociais alternativos, que efetivamente distribuam o resultado do progresso e tragam dignidade para o conjunto da sociedade.

Mas, indo além, do universo tauiliano, igualmente aprendemos que a generosidade e o engajamento em prol da superação dos dramas do mundo podem ser a causa eficiente de uma produção acadêmica séria em termos teóricos e, outrossim, compromissada com a busca por um país melhor, especialmente para suas camadas usualmente exploradas e discriminadas. E é justamente pelo fato dessa postura ser fonte eterna de inspiração para os que aqui estão, e os que aqui virão – especialmente no caso desses serem pessoas de bom coração – que, ao encerrar um artigo lembrando a trajetória de Tauile, podemos dizer que sua obra transcende, e sempre transcenderá, a ditadura do ponto final.

POSFÁCIO

Este documento foi dedicado à memória de Fabio Erber, outro grande economista que lecionou no IE e que nos deixou neste ano de 2011. Fabio era muito amigo de Tauile, e com ele pude participar de algumas atividades dedicadas à memória deste último. Com isso tive a chance de alguns preciosos momentos de contato mais direto com outra bela pessoa: gentil, bem-humorada, irônica, brilhante. Saravá, amigo Fabio, seu legado é também motivo de orgulho, e saudade, para todos nós!

(Quitandinha, Petrópolis, primavera de 2011).

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. *Regulación y crisis del capitalismo*. México/Madrid: Siglo Veintiuno, 1986 [1979].
- BERGGREN, C. *Alternatives to lean production: work organization in the Swedish auto-industry*. New York: ILR Press, 1992.
- BETELLHEIM, C. *Revolução cultural e organização industrial na China*. São Paulo: Graal, 1979 [1973].
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987 [1974], p. 61-201.
- BURAWOY, M. *The politics of production*. London: Verso, 1985.
- CARDOSO, A. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal: a era Vargas acabou?* Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.
- COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. (orgs.) *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CORIAT, B. *El taller y el cronómetro: ensayo sobre el taylorismo, el fordismo y la producción de masa*. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1982 [1979].
- _____. *Pensar pelo avesso: o modelo japonês de organização do trabalho*. Rio de Janeiro: Ed UFRJ, 1994 [1991].
- FERREIRA, C.; HIRATA, H.; MARX, R.; SALERNO, M. *Alternativas sueca, italiana e japonesa ao paradigma fordista: elementos para uma discussão sobre o caso brasileiro*. Campinas: UNICAMP (Cadernos do CESIT, texto para discussão nº 4), 1991, 33 p.
- GORZ, A. “Técnicos, especialistas y lucha de clases”. In: PALMA, P. et al. *División capitalista del trabajo*. Mexico: Cuadernos Pasado y Presente, 1980 [1972], p. 151-182.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- MARGLIN, S. “Origem e funções do parcelamento das tarefas. Para que servem os padrões?” In: GORZ, A. (Org.). *Crítica da divisão do trabalho*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1971], p. 37-79.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, Livro1, 1984 [1883].
- PAIXÃO, M.; CASTELO BRANCO, R. “José Ricardo Tauile: um convite à inteligência social”. In: PAIXÃO, M.; CASTELO BRANCO, R. (Orgs.) *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos José Ricardo Tauile (1981-2005)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- PAIXÃO, M.; CASTELO BRANCO, R. (Orgs.) *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos José Ricardo Tauile (1981-2005)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

- PIORE, M.; SABEL, C. *The second industrial divide*. New York: Basic Books, 1984.
- SABÓIA, J. Um homem que amava a vida. *Jornal dos Economistas*, n. 209, 2009, p. 3.
- SALM, C. Prefácio. In: PAIXÃO, M.; CASTELO BRANCO, R. (Orgs.) *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos José Ricardo Tauile (1981-2005)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009, p. 17-22.
- TAUILE, J. Microeletrônica e automação: implicações para o trabalho e a organização da produção no Brasil. *Planejamento Econômico*, n. 14, v. 3, 1984, p. 851-886.
- _____. Microeletrônica e automação: a nova fase da indústria automobilística brasileira. *Revista de Economia Política*, n. 6, v. 3, jul-set, 1986, p. 69-81.
- _____. A velha modernidade. In: TAVARES, M.; TEIXEIRA, A.; PENA, M. (Orgs.) *Aquarela do Brasil: ensaios políticos e econômicos sobre o Governo Collor*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1990, p. 135-143.
- _____. “Organização social da produção e distribuição de renda”. In: CASTRO, A.; POSSAS, M.; PROENÇA, A. (Orgs.) *Estratégias empresariais na indústria brasileira: discutindo mudanças*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996, p. 23-46.
- _____. Globalização, tecnologia da informação e inteligência social: uma reflexão sobre as possibilidades deste país. *Revista Proposta*, n. 72, 1997, p. 22-29.
- _____. *Para (re)construir o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.
- TAUILE, J.; DEBACCO, E. Autogestão no Brasil: o salto de qualidade das políticas públicas. *Ensaio Econômico FEE*, n. 32, v. 1, 2004, p. 197-220.
- TAUILE, J.; RODRIGUES, H. Economia solidária e autogestão: criação e recriação de trabalho e renda. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. IPEA, n. 24, v. 9, 2004, p. 35-43.
- _____. Economia solidária e autogestão no Brasil: síntese de uma pesquisa. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, IPEA, n. 28, v. 10, 2005, p. 39-51.
- TAUILE, J.; YOUNG, C. Concentração de renda e crescimento econômico: uma análise sobre a década de 1970. In *Cadernos de Economia*, IPEA, setembro, 1991.
- TAUILE, J.; ERBER, F.; ACERO, L.; PENA, M.; CUNHA, P.; PEREIRA, V. O estudo do processo de trabalho; notas para discussão. *Literatura Econômica*, n. 3, v. 2, 1981, p. 97-104.
- TAUILE, J.; RODRIGUES, H.; VILUTIS, L.; FARIA, M. *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas*. Brasília: MTE/IPEA/ANPEC/SENAES, 2005.
- WOMACK, J.; JONES, D.; ROOS, D. *A máquina que mudou o mundo*. São Paulo: Campus, 1992 [1990].
- WOODWARD, J. *Industrial Organization: theory and practice*. Oxford University Press, 1965.

Sites

<http://lattes.cnpq.br/6436903809441957>. Consulta realizada em 04 de novembro de 2011

<http://homepage.newschool.edu/~AShaikh/>. Consulta realizada em 04 de novembro de 2011